

EDUCAÇÃO

Boletim Informativo



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Edição 01 Janeiro - Fevereiro 2025

Índice

03	Projeto Raízes visita municípios do centro oeste e nordeste da Bahia
04	Acordo firmado entre MPBA e Prefeitura de Feira de Santana garante recursos de precatórios do Fundef para professores municipais
05	Município de Tucano se compromete com MPBA a adotar medidas para garantir educação inclusiva
06	Município de Candeal adere ao projeto de educação inclusiva do MPBA
07	MEC divulga regras para uso de celulares, notebooks e outros dispositivos digitais em escolas
08	Ações de suporte jurídico e pedagógico
09	Leis e Decisões na Educação

Projeto Raízes visita municípios do centro oeste e nordeste da Bahia



O Projeto Raízes da Cidadania, do Ministério Público da Bahia (MPBA) em parceria com o PNUD/ONU, concluiu mais uma etapa de visitas aos municípios de Caturama, Novo Triunfo, Umburanas, Baixa Grande e Caém, localizados nas regiões Centro-Oeste e Nordeste da Bahia. O objetivo foi mapear desafios sociais e estruturais, com destaque para a educação.

A evasão escolar foi apontada como uma das principais fragilidades, com índices alarmantes em algumas cidades. Em Umburanas, a taxa de abandono no ensino fundamental cresceu de 2,1% para 5,6% em quatro anos. Em Novo Triunfo, apenas 22,3% dos alunos do 2º ano estavam alfabetizados em 2023, e a falta de conscientização das famílias sobre a importância da escola preocupa, especialmente nas zonas rurais.

Diante desse cenário, o MPBA está mobilizando ações para garantir que crianças e adolescentes permaneçam na escola. Além disso, o projeto articula com os municípios melhorias na infraestrutura educacional e o desenvolvimento de planos municipais para a primeira infância.

O Raízes da Cidadania seguirá acompanhando a evolução desses indicadores e incentivando a implementação de políticas públicas eficazes, garantindo acesso à educação e redução da evasão escolar na Bahia.

Acordo firmado entre MPBA e Prefeitura de Feira de Santana garante recursos de precatórios do Fundef para professores municipais

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) e a Prefeitura de Feira de Santana assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para garantir a antecipação do repasse de 60% dos recursos dos precatórios do Fundef a professores da rede municipal. O pagamento beneficiará docentes ativos, aposentados e pensionistas que atuaram entre 1997 e 2006, período em que os repasses do Fundef foram reduzidos.

O Município terá 90 dias para apresentar um plano de pagamento, garantindo transparência no processo. Além disso, 40% dos recursos serão investidos na infraestrutura escolar. A medida atende a uma demanda antiga da categoria e reforça o compromisso com a valorização dos profissionais da educação.

O promotor de Justiça Audo Rodrigues destacou que o acordo representa um avanço na valorização do magistério e no fortalecimento da educação pública. O prefeito José Ronaldo de Carvalho também celebrou a medida, ressaltando que a parceria com o MPBA foi fundamental para agilizar o processo e atender a essa demanda histórica dos professores.



Município de Tucano se compromete com MPBA a adotar medidas para garantir educação inclusiva



O Município de Tucano assinou um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público da Bahia (MPBA) para garantir a matrícula de crianças e adolescentes com deficiência nas escolas municipais. O acordo inclui avaliação inicial dos estudantes pelo Centro de Atendimento Multidisciplinar em Educação Inclusiva (Cemei), conforme disponibilidade de vagas. Além disso, será enviado um projeto de lei para regulamentar a Política de Funcionamento do Cemei e ofertado Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao longo de 2025. Também foi definida uma data antecipada para matrícula de estudantes com deficiência, garantindo planejamento adequado para seu acolhimento.

Município de Candeal adere ao projeto de educação inclusiva do MPBA



O Ministério Público da Bahia (MPBA) lançou em Candeal o projeto "Educação Inclusiva – Todas as escolas são para todos os alunos", que visa capacitar educadores e implementar práticas voltadas à inclusão escolar. A Escola Municipal Olegário Ribeiro Lima foi escolhida como unidade piloto para a aplicação das estratégias do programa, que inclui a formação de uma equipe multidisciplinar e o aperfeiçoamento docente.

O evento de lançamento contou com a presença das promotoras de Justiça Cintia Guanaes e Analízia Freitas, além de especialistas da área educacional. A psicopedagoga Edinei Garzandin e a pedagoga do Centro de Apoio Operacional da Educação (Ceduc), Iracema Lemos, ministraram palestras voltadas para os educadores da rede municipal.

Criado em 2014 e atualizado em 2023, o projeto do MPBA já está implementado em 17 municípios baianos e estabelece um modelo estruturado de inclusão escolar, com etapas que vão desde a sensibilização da comunidade até a capacitação de professores e a criação de estratégias pedagógicas específicas.

Fonte: Imprensa MPBA (texto adaptado) [Leia na íntegra](#)



MEC divulga regras para uso de celulares, notebooks e outros dispositivos digitais em escolas



O Ministério da Educação (MEC) divulgou novas regras sobre o uso de celulares, notebooks, tablets e outros dispositivos digitais nas escolas públicas e privadas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A resolução, publicada no Diário Oficial da União em 24 de março de 2025, visa garantir que a utilização desses dispositivos ocorra exclusivamente com fins pedagógicos e sob orientação de profissionais da educação.

O que muda com as novas regras?

✅ Permitido apenas com finalidade pedagógica

O uso de dispositivos digitais só será autorizado se:

Estiver vinculado a atividades pedagógicas;

For mediado por profissionais da educação;

Seguir recomendações específicas para cada etapa de ensino.

❌ Proibido em situações não pedagógicas

O uso fora de fins pedagógicos está vetado em todos os espaços escolares:

Em sala de aula;

Durante intervalos e recreios;

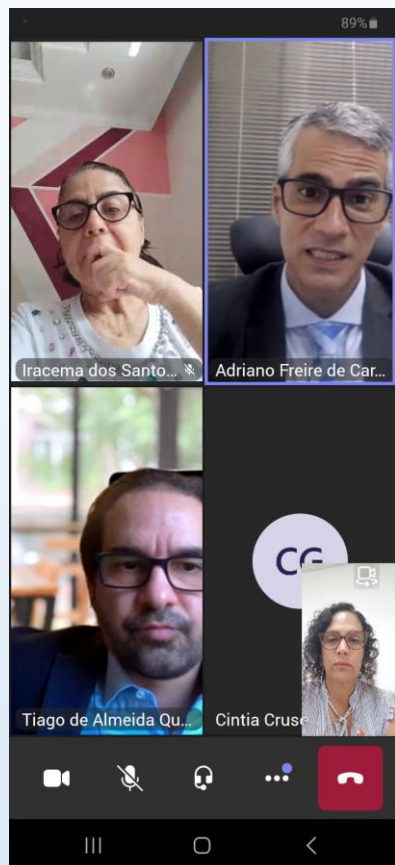
Em outras áreas de convivência escolar.

Texto adaptado

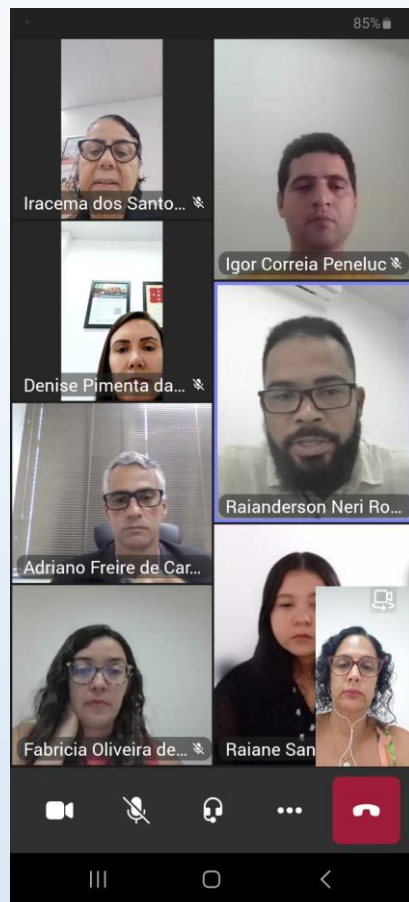
[Leia na íntegra](#)

Ações de suporte jurídico e pedagógico

Meses de janeiro e fevereiro – 19 reuniões



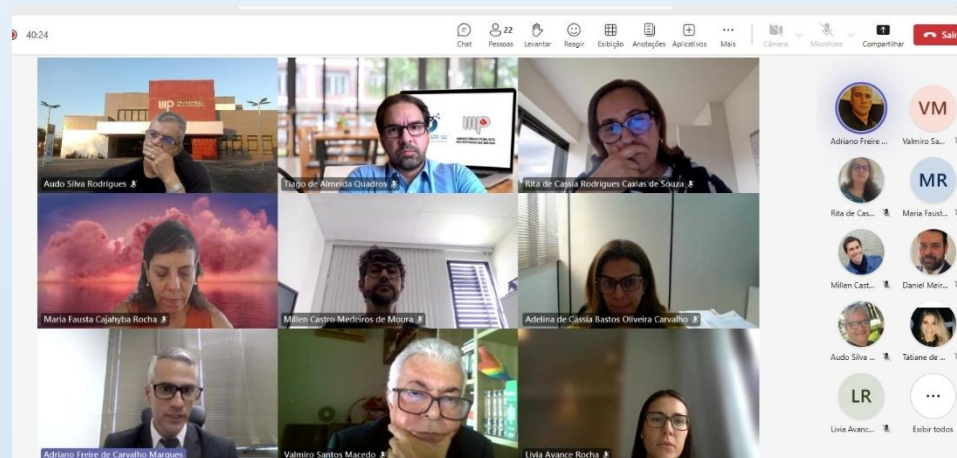
Reunião de alinhamento de Educação Inclusiva na PJ Educação



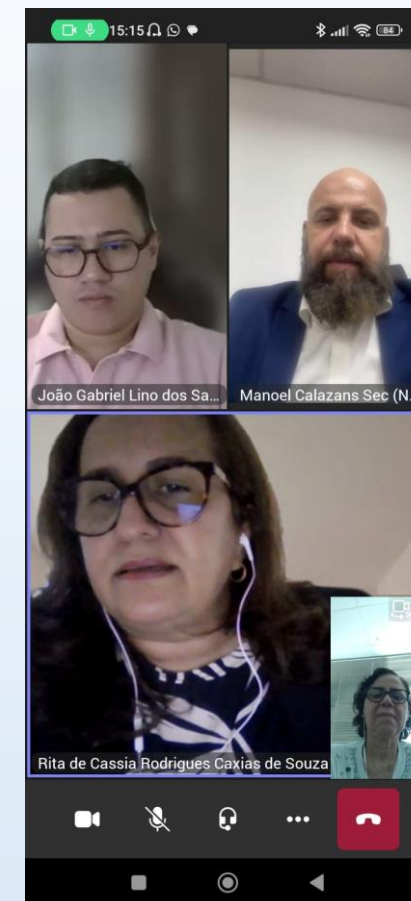
Reunião com as Cati- pedagogos



Reunião na PJ de Lauro de Freitas



1º Reunião com Promotores da Educação



Reunião da SEC e PJ Juazeiro



Lei 15.100 de 2025

Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. [Leia na íntegra](#)

Decreto nº 12.358, de 14 de Janeiro de 2025 Programa Mais Professores Mais Professores, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de promover a valorização e a qualificação do magistério da educação básica e incentivar a docência no Brasil. [Leia na íntegra](#)

Expediente

Procurador Geral de Justiça
Pedro Maia Souza Marques

CEDUC

Coordenador

Adriano Freire de Carvalho Matos

Equipe

Cristiane Moreira Araújo

Elizabete Alves Silva Ferreira

Iracema dos Santos Lemos

José Sergio Gomes da Silva

Luiz Gustavo valente Veiga

Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira

Tatiane de Jesus Melo

Organização e Produção do Boletim

Patrícia Souza Gomes Alves de Oliveira

Elizabete Alves Silva Ferreira - revisão

✉ Ceduc@mpba.mp.br

☎ 3103-0385

☎ 3103-0387

☎ 3103-0388



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA EDUCAÇÃO – CEDUC
5ª Avenida, nº 750, do CAB - Salvador, BA - Brasil - CEP: 41.745-004



Edições Anteriores
[Clique aqui](#)

Índice